



ANA RAFAELA MARTINELLO JAEGER

**A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMO SUPORTE PARA TOMADA DE DECISÃO EM
PROPRIEDADES RURAIS**

ANA RAFAELA MARTINELLO JAEGER

**A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMO SUPORTE PARA TOMADA DE DECISÃO EM
PROPRIEDADES RURAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Cuiabá – Unidade Sorriso, como
requisito parcial para a obtenção do título de graduado em
Ciências Contábeis

Orientador: Marcos Drago

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre me encorajaram e deram oportunidades. Aos meus irmãos por serem meu apoio. Aos meus avós, que durante esses quatro anos, dividiram sua rotina comigo. As minhas tias e primos por tornarem meus dias mais alegres.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que meus objetivos fossem alcançados e pelas oportunidades que tive durante esses quatro anos de estudo.

A minha família, que é meu porto seguro, minha base e referência, sem vocês, nada disso seria possível.

A minha turma da faculdade, que se tornou um pequeno grupo de amigos no qual sempre me encorajou a chegar até aqui.

A todos que, de alguma forma, contribuíram pessoal e profissionalmente para que este sonho se tornasse realidade. Gratidão!

JAEGER, Ana Rafaela Martinello. **A utilização das Demonstrações Contábeis como suporte para tomada de decisão em Propriedades Rurais**. 2022. 34. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Cuiabá – UNIC, Sorriso, 2022.

RESUMO

A atividade rural vem ganhando forças em todo território brasileiro, dada sua representatividade, surge a necessidade de estruturação da gestão financeira, adotando processos que dão as propriedades rurais características de empresas rurais, e, com isso, surge o ramo da contabilidade de rural, que tem como objetivo estruturar as informações deste ramo de atividade, de forma que os interessados nas informações, consigam utilizar as demonstrações contábeis como fonte segura para tomada de decisão.

Palavras-chave: Contabilidade Rural. Demonstrações Contábeis. Tomada de Decisão.

JAEGER, Ana Rafaela Martinello. **The use of financial statements as support for decision making in Rural Properties**. 2022. 34. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Cuiabá – UNIC, Sorriso, 2022.

ABSTRACT

Rural activity has been gaining strength throughout Brazil, given its representativeness, there is a need to structure financial management, adopting processes that give rural properties characteristics of rural companies, and, with this, arises the branch of rural accounting, which aims to structure the information of this branch of activity, so that those interested in information, financial statements as a secure source for decision making.

Keywords: Rural Accounting. Financial Statements. Decision Making.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
NPC	Norma e Procedimento de Contabilidade
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. CONTABILIDADE RURAL.....	15
3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	20
4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE INDICADORES	25
REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, o aumento da população mundial e o avanço tecnológico, a agricultura passou a assumir papel imprescindível para o desenvolvimento da espécie humana. A expansão e valorização da atividade agrícola fez com que as propriedades rurais aprimorassem seu modelo de gestão a fim de quantificar resultados, analisar dados e localizar fontes de informação segura para a tomada de decisão.

Neste movimento de aprimoramento, a contabilidade assume papel importante como fonte de informações para tomada de decisão, adotando práticas contábeis capazes de suprir a demanda exigida pelo fisco e definir estratégias para fortalecer o empreendimento ao mesmo tempo. Deparando-se com este modelo de gestão, onde os processos são bem definidos e os lançamentos demonstram a realidade da empresa, as demonstrações contábeis podem servir de base para a tomada de decisão nas propriedades rurais.

Mas afinal, de que forma a análise das Demonstrações Contábeis pode auxiliar na tomada de decisão e gestão das propriedades rurais? Entendendo que o objetivo da contabilidade é registrar, avaliar e controlar os eventos econômicos que afetam o patrimônio das entidades, pode-se dizer que a sua aplicabilidade se dá a qualquer âmbito (empresarial, rural, organizacional) onde haja o interesse central em controlar os resultados, obter vantagens e maior lucratividade aderindo estratégias a partir da leitura dos resultados fornecidos pelo uso adequado da contabilidade.

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a forma como a análise das Demonstrações Contábeis pode auxiliar na gestão das propriedades rurais dando suporte para a tomada de decisão, atingindo os objetivos específicos de destacar a importância da Contabilidade para as propriedades rurais, a utilização das demonstrações contábeis como fonte de informação segura para a tomada de decisão e as principais Demonstrações Contábeis utilizadas nas propriedades rurais, de forma que proporcione ao leitor uma visão da contabilidade gerencial no âmbito rural.

Este trabalho se trata de uma pesquisa científica utilizando a metodologia de Revisão Bibliográfica da Literatura. Foram realizadas pesquisas em livros, artigos publicados e levantamento bibliográfico virtual, através do Google Scholar, utilizando as palavras-chave **Contabilidade Rural, Demonstrações Contábeis e Tomada de**

Decisão. O período de pesquisa dos trabalhos publicados para embasar esta revisão bibliográfica serão os últimos 20 anos, de maneira a demonstrar a evolução das ideias e desenvolvimento de pesquisas no âmbito da Contabilidade Rural nas últimas décadas, aprofundando em teses e defesas de Jose Carlos Marion, Silvio Aparecido Crepaldi e outros autores no âmbito da Contabilidade Gerencial, Rural e Demonstrações Contábeis.

2. CONTABILIDADE RURAL

Em 2021, o setor do agronegócio brasileiro alcançou 27,4% do Produto Interno Bruto (PIB) segundo cálculo realizado pelo Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP. Este número expressivo demonstra importância econômica do setor para a economia brasileira e o quanto vem ganhando forças, tendo em vista que esse é o maior número alcançado pelo PIB desde 2004 (CEPEA, 2022).

Dal Magro, *et. al.* (2011) destacam que as exigências de mercado e os avanços tecnológicos fazem com que o produtor rural amplie suas técnicas de produção e habilidades financeiras, sendo desafiadora a missão de entregar produtos com cada vez mais qualidade, a preços mais atrativos aos consumidores.

Para Ulrich (2009) desde a antiguidade a sociedade vem realizando esforços para maximizar e gerenciar seus lucros, essas ferramentas que foram sendo aperfeiçoadas ao longo dos anos, resultaram na contabilidade, uma ciência considerada indispensável para o homem moderno e uma das ferramentas mais importantes na administração empresarial.

Dado o desafio na entrega dos resultados da gestão e a importância que o setor ocupa no Brasil, as propriedades rurais passaram a deixar de lado o modelo tradicional de gestão e iniciaram o processo de adaptação e inserção de práticas administrativas. Neste momento, torna-se imprescindível o uso da contabilidade como respaldo para tomada de decisão. Vilhena e Antunes (2010) destacam que para atuar na contabilidade de uma empresa rural, é necessário entender a atividade que ela exerce e suas características, como a sazonalidade e a especificidade de cada ramo de atividade rural.

Calderelli (2003) enfatiza que a contabilidade rural é aquela que possui objetivo de registrar, controlar, e orientar os atos e fatos ocorridos, sua diferença para a contabilidade geral se dá no fato de que esses registros são decorrentes das práticas de uma empresa que desenvolve as atividades de agricultura ou pecuária. Com o mesmo raciocínio, Marion (2014, p. 07) conceitua “contabilidade rural é a contabilidade geral aplicada as empresas rurais”.

A contabilidade aplicada a atividade rural contribui para proteção do produtor rural inerente aos riscos que está sujeito a correr ao exercer a atividade (DALMOLIN

e SILVÉRIO, 2011, p.4). Para Borilli *et. al.* (2005) as informações contábeis possibilitam o planejamento, controle e a tomada de decisão, de forma que as empresas rurais possam acompanhar a evolução do setor e obter comparativos de resultados, controle de custos, entre outros benefícios.

Para realização destas etapas, é necessário que o empresário esteja aberto a um novo modelo de gestão. No âmbito da contabilidade rural, a figura do empresário está alocada no produtor rural. Borilli *et. Al* (2005) destacam o reconhecimento do produtor rural como aquele que exerce atividade de produção, de forma profissional com a finalidade de gerar riqueza, neste sentido, tem-se o empresário rural.

Entretanto, mesmo na constante evolução das atividades rurais, Batalha *et al.* (2004) tem a percepção de que alguns produtores ainda olham para a contabilidade como uma atividade de segunda linha, considerando o planejamento, a gestão da qualidade, a redução de desperdícios, menos importantes do que a produção agropecuária em si.

Do Amaral Junior (2017) elenca o pensamento de que, para a atividade rural brasileira seja mais competitiva e rentável, os produtores e gestores rurais devem profissionalizar sua administração, fazendo uso das informações contábeis para que seja possível regular os aspectos financeiros, administrativos e produtivos.

Entretanto, para Callado e Callado (2004) a utilização da contabilidade em empresas rurais é quase sempre conhecida apenas por suas finalidades fiscais, não possuindo grande interesse por uma aplicação gerencial. Essa característica é assumida não apenas em propriedades de pequeno porte, mas também nas de médio de grande porte, sendo possível analisar que é um pensamento enraizado no segmento da atividade em si.

Outra dificuldade enfrentada é a diferenciação das receitas e despesas pessoais, das da atividade rural. Do Amaral Junior (2017) elenca que, na atividade rural familiar, acaba havendo a responsabilização das atividades rurais pela falta de dinheiro, mas o que se detecta, muitas vezes, é que os gastos da família são superiores ao que a propriedade consegue suportar. No mesmo sentido, Borilli *et al* (2005) enfatiza que essa prática persiste por não haver registros e controles adequados, não se consegue visualizar a real situação e não são adotadas providências para corrigir esta demanda.

De acordo com Marion (2002) o princípio da entidade reconhece o patrimônio e afirma a autonomia patrimonial, desta maneira o patrimônio dos proprietários jamais poderão se entrelaçar com o patrimônio da empresa, devendo existir plena distinção entre ambos, aplicando este conceito a contabilidade rural, as despesas e receitas do exercício da atividade não pode se confundir com os gastos despendidos em demandas de cunho particular.

Thomas, Rojo e Brandalise (2015) compartilham da mesma ideia, destacando a dificuldade na segregação desses valores:

Gerar informações que permitam a tomada de decisões por parte dos produtores rurais é uma dificuldade constante. Saber onde estão sendo gastos os recursos e onde estão sendo geradas as receitas é papel do administrador rural. Há muita falta de controle e organização financeira, pois poucos separam suas despesas particulares de seu negócio agropecuário. (THOMAS, ROJO e BRANDALISE, 2015).

Em busca da resolução deste problema, Vilhena e Antunes definem como receitas e despesas da atividade rural como:

As receitas operacionais da atividade rural são aquelas provenientes do giro normal da empresa, em decorrência da exploração das respectivas atividades rurais, entende-se por giro normal da empresa as receitas diversas que sejam inerentes à atividade rural (...) as despesas de custeio, dedutíveis na apuração do resultado da atividade rural, são aquelas necessárias à percepção dos rendimentos e à manutenção da fonte produtora e que estejam relacionadas com a natureza da atividade exercida. (VILHENA E ANTUNES, 2010)

Com o correto entendimento, é possível realizar a diferenciação dos gastos, e o registro contábil adequado, conseqüentemente, obtendo informações seguras para realizar análises e posterior tomada de decisão.

Com o objetivo de enfrentar os desafios e dificuldades elencadas, dá-se a necessidade de realizar o planejamento, para Chiavenato (2003), o planejamento corresponde à ação de alinhar de forma antecipada quais são os objetivos a serem atingidos pela empresa rural e as formas de conquistá-los, especificando quais os

passos precisam ser seguidos. Basicamente, é o processo de reflexão que antecede a execução, possibilitando analisar o ambiente em que está inserido, as oportunidades e ameaças a serem enfrentadas para alcançar os objetivos almejados.

Para Santos (2002) planejamento é importante para alertar os empresários rurais quanto a possíveis mudanças na economia, alteração nos hábitos dos consumidores, mudanças climáticas, nos custos, na oferta e demanda de produtos, forçando a administração a pensar no futuro de seus negócios, preparando alternativas possíveis para os problemas, antes mesmo que eles aconteçam.

Realizando um planejamento de qualidade e executando o mesmo, será necessário que os gestores acompanhem o desempenho e a evolução da empresa rural, para que haja manutenção constante neste planejamento, para alcançar os resultados desejados.

Ponte e Oliveira (2004) destacam que, a forma como a empresa comunica seu desempenho aos usuários é através das demonstrações contábeis. Para possibilitar o planejamento estratégico e tomada de decisão, os gestores das propriedades rurais também podem se apropriar destes relatórios, colhendo e comparando dados de exercícios anteriores para alinhar as expectativas para o exercício seguinte.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Resolução n.º 774, de 16.12.1994, item 1.4, a Contabilidade tem por objetivo prover informações acerca do patrimônio da entidade e suas mutações, expressos em forma de relatos, pareceres, entre outros.

Através das demonstrações contábeis é que se efetiva o levantamento das informações e prestação dos relatórios aos usuários interessados. Crepaldi defende a utilização de algumas demonstrações que objetivam o planejamento e auxiliam no processo de tomada de decisão dentro da Contabilidade Rural. Com elas, é possível analisar condições para expansão ou necessidade de redução dos custos e despesas, atingindo melhores resultados.

Além da elaboração das demonstrações, existem indicadores e análises que auxiliam na visualização da situação patrimonial e financeira para empresa. Para Pereira (2018, p. 37), os indicadores mais utilizados são os índices de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade. Além desses índices, Marion (2012) defende a utilização das análises verticais e horizontais para análise da situação da empresa, possibilitando a comparação entre exercícios passados e até mesmo identificando

problemas que podem ser ajustados na empresa, quando a análise é realizada corretamente.

Antunes e Vilhena destacam a importância do contador na busca de aproximação com o produtor rural, diminuindo a distância existente entre as duas figuras, pois sua posição é imprescindível para auxiliar no gerenciamento, coleta de dados e difusão de informação acerca da legislação vigente.

A conscientização do produtor rural, de que a contabilidade é uma ferramenta importante de gestão, que o planejamento e controle da produção são necessários em qualquer empreendimento, independentemente de seu porte, é uma tarefa árdua e difícil do profissional de contabilidade. Pois só assim, o contador estará cumprindo a sua função de gerar informações úteis para a tomada de decisão e conseqüente crescimento da empresa. (VILHENA E ANTUNES, 2010)

Souza Neto (1999) destaca que a entidade deve ser encarada como fonte de geração de recursos de caráter permanente, atendendo assim, ao Princípio da Continuidade. No mesmo raciocínio, a entidade que deseja perpetuar sua atividade, precisa pensar na sucessão do gestor. Desta forma, o gestor rural deve ampliar sua visão observando dados e fatos do passado, para embasar escolhas do presente, com o objetivo em alcançar bons resultados no futuro, seja ele próximo ou não.

Coletar os dados, estruturar as demonstrações, analisá-las de maneira efetiva e interpretar os elementos permite a confrontação e observações dos resultados, para que então seja possível traçar objetivos e projetar o comportamento futuro da empresa, utilizando a contabilidade como fonte segura para a tomada de decisão.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com Walter (1988), o campo de aplicação da contabilidade se dá a qualquer empreendimento com finalidade de obter lucro, quando há a prática dos princípios, normas e procedimentos contábeis, cumpre-se a função de controlar o patrimônio e as modificações, que ocorrem, principalmente, em função da atividade econômica que o produtor rural exerce, sendo indispensável o uso da contabilidade como meio de orientação para tomada de decisão em diferentes níveis administrativos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 26, define que:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados (CPC 26, 2011, p. 6).

Em concordância a este Pronunciamento, a Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC 27, apresenta a finalidade das Demonstrações Contábeis como a representação monetária estruturada da empresa, de maneira que atenda uma ampla rede de usuários com informações acerca da situação financeira e patrimonial.

Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retomo de investimentos etc. (CREPALDI, 2016, p. 87)

Marcussi (2014) ressalta que não existe lei que exija do produtor rural pessoa física apresentar as demonstrações contábeis, mas devem ser usadas como ferramenta para orientar-se quanto ao caminho a ser traçado para alcançar as metas do crescimento patrimonial.

A análise das demonstrações contábeis permite compreender o comportamento econômico-financeiro de uma empresa, reconhecendo a situação atual para projetar dados futuros, tomando decisões que conduzem às mudanças desejadas (LOURENÇO, 2008).

1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Uma das demonstrações mais utilizadas é o Balanço Patrimonial, Crepaldi (2005) define este como um demonstrativo contábil que, apresenta uma forma sintética e ordenada das contas patrimoniais, agrupadas de acordo com a natureza dos bens, direitos ou obrigações que representam.

Crepaldi ainda define que a correta classificação das contas é que permite estudos comparativos e quaisquer análises. Em complemento a este raciocínio, é importante destacar a utilização de um plano de contas contábil adequado para a atividade exercida, de forma que possibilite o entendimento correto de cada conta e que a mesma seja utilizada em conformidade a realidade executada na propriedade rural. Em concordância com os estudos de Crepaldi, Ratko (2008) destaca:

(...) Para a eficácia das análises gerenciais e práticas administrativas são essenciais à observação dos Princípios Fundamentais da Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade no momento da escrituração contábil. Isso assegura a confiabilidade dos relatórios contábeis (RAKTO, 2008, P. 26).

Iudícibus (2010) complementa que o Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, onde estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade.

Para compreender a divisão dos elementos desta demonstração contábil, a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG) Estrutura Conceitual, conceitua que ativo e passivo como:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade. Sendo assim de acordo com a referida norma, para que a empresa classifique um bem como ativo é preciso que o bem

esteja sob responsabilidade da empresa e que este gere algum benefício econômico. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Quintana (2014) define que o Patrimônio Líquido Corresponde “ao conjunto de obrigações da empresa com os seus sócios, representando os capitais próprios da entidade.”

O balanço patrimonial tem objetivo de finalizar uma sequência de lançamentos realizados em determinado momento, sendo o compilado de informações que demonstra a situação e o comportamento do patrimônio da empresa.

1.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para complementar a alocação das informações contábeis, e conhecer o resultado líquido da propriedade, é imprescindível a utilização da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Nesta demonstração aparecem de forma detalhada a movimentação das contas, e realizando o confronto das receitas com as despesas é conhecido o Lucro Líquido ou Prejuízo Líquido do Exercício (RATKO, 2008).

Galhardo, Fontão e Lopes destacam a composição da DRE por quatro grandes contas: receita, deduções da Receita, custos e despesas operacionais. Barros e Macedo (2018) elencam que a interpretação dos dados da DRE juntamente com os dados do Balanço Patrimonial é fundamental para embasar o relatório do analista, pois um complementa o outro e apresentam a situação patrimonial, financeira e econômica da empresa.

Kassai (2002) complementa que muitas vezes, para obter o correto resultado (lucro ou prejuízo) é necessário entender o contexto em que a DRE foi elaborada:

É comum que ao tomar contato com as demonstrações contábeis de uma empresa, a primeira reação do analista seja verificar na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) se a empresa teve lucro ou prejuízo. Mas, na verdade, o montante apresentado na última linha da DRE pode ter sido apurado utilizando diversas metodologias. Assim, é primordial conhecer as práticas contábeis adotadas pela empresa lendo atentamente os relatórios que antecedem a demonstração (KASSAI, 2002, P. 50).

Outro fator importante para fechamento destes demonstrativos é levar em conta que, por trabalhar com safras, a finalização de um exercício da atividade rural pode não coincidir com o encerramento do ano civil. Neste contexto, Marion (2005) destaca a importância de o ano agrícola respeitar a cultura que tenha mais relevância econômica para o exercício, podendo até mesmo ter mais de uma apuração de exercício durante o calendário do ano civil. Entretanto, mesmo optando por esta forma de fechamento, faz-se necessário o ajuste para prestação de contas ao fisco, utilizando como base o calendário civil.

1.3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Outra demonstração que auxilia na análise da saúde financeira da propriedade rural é a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Marion (2015) explica que, de forma condensada, a DFC indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período, e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro.

Marion (2005) elenca que a DFC é um instrumento importante para analisar a ligação entre o saldo de caixa líquido evidenciado no BP e o Lucro Líquido, obtido por meio do regime de competência, e ainda é caracterizada pela sua simplicidade e eficácia. O mesmo divide a DFC em três grupos:

a) Atividade Operacional: envolve a produção e venda de bens e serviços relativos à atividade operacional da empresa. No setor rural, haveria necessidade de subtrair, além das despesas operacionais pagas, a retirada de dinheiro para a manutenção da família, que corresponde a salários de trabalho e administração dos mesmos.

b) Atividade Referente à Investimento: focaliza o fluxo de caixa para compra e venda de bens de capital (máquinas, implementos agrícolas), animais de reprodução (criação), planos de aposentadoria etc.

c) Atividade de Financiamento: inclui os financiamentos, empréstimos, amortizações da dívida, capital dos proprietários, operações com leasing, etc.

Para Ratko (2008) os problemas de insolvência ou iliquidez, quase sempre ocorrem por falta de caixa.

Além de propiciar análise de tendência, serve para o planejamento do fluxo projetado. Quando se faz a integração das contas recebidas com as contas pagas tem-se o fluxo de caixa realizado, e quando se comparam as contas a receber com as contas a pagar, tem-se o fluxo de caixa projetado, podendo ser projetado a curto e longo prazo (RATKO, 2008, P. 36).

Desta forma, a Demonstração do Fluxo de Caixa é imprescindível a qualquer atividade empresarial e, mesmo para pessoas físicas que se dedicam a algum negócio. Sua finalidade é mostrar como se comportam as entradas e saídas de recursos financeiros num determinado período.

Idícius (1998) pontua que além das demonstrações básicas como o Balanço Patrimonial, a DRE e a DFC, a contabilidade deve fornecer aos gestores informações contínuas, que possibilitem uma visão de aspectos financeiros e econômicos da empresa.

Conhecer essas demonstrações amplia a visão do gestor rural, de forma que o mesmo visualize que as informações colhidas pela contabilidade têm caráter relevante em seu empreendimento, e que estes dados podem vir a servir como fonte primordial para a tomada de decisão, trazendo a contabilidade como ferramenta de uso diário na gestão.

4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DE INDICADORES

De acordo com a ideia de Ratko (2008, P. 37) “as análises começam justamente onde termina a contabilidade, nos relatórios contábeis”. Neste sentido, mesmo que as demonstrações tragam os resultados de demandas que já ocorrem, ainda assim se faz a importância da sua análise para visualizar qual rumo a empresa está seguindo e em quais circunstâncias precisa melhorar nos exercícios seguintes.

Para Crepaldi (2005) interpretar as demonstrações significa identificar as causas das variações ocorridas no patrimônio, elevando o olhar as esferas econômicas e financeiras.

Os indicadores econômico-financeiros são valores quantitativos, ou seja, números utilizados para identificar a situação e o desempenho econômico-financeiro de uma Empresa rural. Depois de apurados, eles devem ser comparados com os resultados de períodos anteriores e com as projeções, no processo de análise e avaliação. (CREPALDI, 2005, p. 284).

Padoveze (2008) define a análise um balanço patrimonial como um processo de reflexão e avaliação da situação da empresa, sendo possível detectar seus pontos fracos e seus pontos fortes, a fim de propor alternativas para alcançar melhores resultados no futuro. No mesmo sentido, Medeiros et. al destaca:

Através da análise de balanços, uma organização consegue fornecer aos seus gestores informações técnicas importantes para o processo de tomada de decisões futuras e propor novas ideias para melhorar o que não estiver de acordo com as metas financeiras estabelecidas pela administração, além de diagnosticar possíveis pontos fracos e buscar a melhoria dos mesmos. (MEDEIROS et. al., 2012)

Os índices são relações entre duas grandezas que tem como objetivo facilitar entendimento acerca de um demonstrativo, uma vez que a análise de relações e percentuais é mais assertiva do que a visualização de montantes (MARION, 2009). No mesmo sentido, na perspectiva de Matarazzo (2003) os índices são a relação entre contas ou grupo de contas de uma demonstração financeira, fornecendo uma visão ampla da situação da empresa através da utilização de uma técnica de análise.

Estes indicadores econômico-financeiros são basicamente cálculos matemáticos realizados a partir do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, que buscam resultados capazes de auxiliar no processo de classificação dos níveis alcançados pela empresa e auxiliam no processo de entendimento da situação empresarial; estes elementos representam o conceito de análise de balanço (PADOVEZE, 2008).

Marion (2008) aconselha a realizar a análise econômico-financeira da empresa partindo de três pontos: Liquidez, Rentabilidade e Endividamento. Estes, não são os únicos utilizados, mas são os mais aconselháveis na atividade rural e também os mais utilizados por analistas.

4.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

A liquidez de uma empresa é medida para se ter noção de sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo, se referindo a facilidade com que pode pagar suas contas em dia. Para Gitman (2010), esses índices podem fornecer sinais antecipados de problemas de fluxo de caixa e insolvência da empresa, por isso a importância de manter uma análise constante deste resultado. Os índices de liquidez são divididos em: liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata, conforme apresentadas abaixo:

Ferrari (2009) explica que o Índice de Liquidez Corrente mede a capacidade de a organização pagar suas dívidas a curto prazo, utilizando os recursos do ativo circulante. Para cálculo, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Para obter um resultado positivo, valor identificado precisa ser superior a R\$ 1,00, demonstrando a existência de capital circulante capaz de liquidar as obrigações de curto prazo e ainda restar saldo aplicado no ativo circulante. Obtendo resultado igual a R\$ 1,00 entende-se que a empresa não possui capital circulante, sendo apenas o equivalente para quitar suas obrigações. Já em situações onde possui no resultado da análise um valor inferior a R\$ 1,00 entende-se que a empresa possui capital circulante negativo, ou seja, não possui recursos para pagar

suas obrigações de curto prazo. Em outras palavras, para este índice, quanto maior o número obtivo na análise, melhor para a saúde financeira do empreendimento.

Já o Índice de Liquidez Seca revela, segundo Ribeiro (2009), a capacidade financeira líquida da empresa para liquidar os compromissos de curto prazo, sem utilizar os recursos de estoque. Para cálculo, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Seca} = \text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} / \text{Passivo Circulante}$$

Acredita-se que os indicadores de liquidez devem ser os maiores possíveis, para obter-se um cenário favorável, entretanto, Crepaldi, (2005, p. 300) ressalta: “havendo excesso de liquidez pode, também, indicar má administração financeira de recursos disponíveis”. Por isso, dá-se a importância de não analisar os indicadores isoladamente, e sim num contexto geral da situação econômico-financeira da entidade.

Outro índice que auxilia na análise completa do cenário da empresa é o Índice de Liquidez Imediata, este demonstra a capacidade imediata da empresa liquidar suas obrigações em curto prazo, fazendo uma comparação entre o valor que a empresa possui de disponibilidades e o valor que possui de passivo circulante (FERRARI, 2009). Seu resultado é obtido através da seguinte equação:

$$\text{Liquidez Imediata} = \text{Disponibilidades} / \text{Passivo Circulante}$$

Atualmente a utilização deste índice por analistas externos é de baixa significância, entretanto, para análise interna, deve-se manter o controle do que a empresa espera possuir de disponibilidades, para que não fique com valor abaixo do esperado e atrase seus compromissos, e então, de acordo com o propósito, verificar se o índice está abaixo do esperado ou no padrão que deseja.

4.2 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade elencados em três partes (Margem de Lucro Bruto, Margem de Lucro Líquido e Retorno sobre Investimento), permitem mensurar os lucros da empresa, em relação aos investimentos realizados, sua análise é

importante pois o lucro é o principal objetivo das empresas. Neste sentido, Medeiros et. al. destaca:

O grande objetivo de um empreendedor ao abrir uma empresa ou investir em uma ideia é que esse negócio gere lucro, nesse sentido os índices de rentabilidade são índices aplicados pelos analistas ou gestores de uma organização na busca de identificar se esse tão sonhado empreendimento está rendendo o tanto esperado ou o contrário, se essa ideia virou apenas um fracasso, uma tentativa que não deu certo. (MEDEIROS et. al, 2012, P. 8)

Para análise de rentabilidade da empresa, uma opção é a utilização da Margem de Lucro Bruto, este índice aponta o lucro bruto obtido pela empresa para cada R\$ 1,00 de receita líquida (HOJI, 2010). Neste sentido, utiliza-se esta análise para entender o quanto estão rendendo os capitais investidos na empresa. O resultado é obtido a partir da seguinte equação:

$$\text{Margem de Lucro Bruto} = (\text{Lucro Bruto} / \text{Receita Líquida}) \times 100$$

Medeiros et. al. destaca “esse índice aponta quanto à organização conseguiu de margem de lucro nas suas operações com vendas de mercadorias, ou seja, qual a porcentagem de lucro que corresponde à receita líquida de vendas da empresa”.

A Margem de Lucro Líquido, também conhecido como retorno sobre as vendas, é o índice que confronta o lucro líquido em relação às vendas líquidas do período, resultando no percentual de lucro gerado (SILVA, 2007). Margem Líquida mostra o quanto a empresa faz de lucro líquido para cada R\$ 1,00 que entra como receita no caixa. Este índice é obtido a partir da seguinte formulação:

$$\text{Margem de Lucro Líquido} = (\text{Lucro Líquido} / \text{Receita Líquida}) \times 100$$

Já o Retorno Sobre o Investimento (ROI) é o índice representa a lucratividade obtida pela empresa em relação aos investimentos totais realizados (SILVA, 2008). Marion et al (2017), elenca que “para calcular o ROI, utiliza-se o lucro operacional de investimento menos o custo do investimento dividido pelo custo de investimento”, desta forma tem-se:

ROI = (Lucro do Investimento – Custo do Investimento) / Custo do Investimento

Marion et. al. (2017) ainda destaca a importância deste índice, sendo um dos mais utilizados nas análises de rendimento “quanto maior for esse índice, maior será o retorno do capital aplicado. Dentre os indicadores de retorno de capital, o ROI pode ser o mais importante”

4.3 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Neto, Rigon e Cavazzana (2020) destacam que “os índices de endividamento têm por finalidade básica identificar o grau de endividamento das empresas”. No mesmo sentido Marion (2012, p. 95) esclarece “[...] são os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários.”

Para analisar o Índice de Endividamento Geral, deve-se considerar que, quanto maior, mais a empresa depende de capital de terceiros para gerar lucro, isso por que o índice de endividamento geral mensura a porcentagem do ativo total financiado por recursos provenientes de terceiros. Este índice demonstra quanto do ativo da empresa é necessário para custear suas dívidas. A porcentagem é obtida através da seguinte fórmula:

Endividamento Geral = (Passivo Total / Ativo Total) x 100

Já o Índice de Cobertura de Juros mensura a capacidade de organização honrar suas despesas financeiras, onde se sugere um valor de no mínimo 3,0 sendo que um valor abaixo disso pode ser considerado preocupante, e preferencialmente o mais próximo de 5,0 possível. Seu valor é encontrado a partir da fórmula:

Cobertura de Juros = Lucro antes de Juros e Imposto de Renda / Despesas de Juros

Cada um desses índices tem relevância específica na análise que deseja realizar, e por isso, é importante que o gestor do empreendimento rural esteja alinhado com a contabilidade e contador responsável, para que, juntos seja possível compreender os pontos que precisa de maior atenção, ou quais os maiores gargalos encontrados na gestão, para que seja possível, de forma efetiva, localizar informações e coletar dados para tomada de decisão a partir das demonstrações contábeis e encontrar respostas através dos índices econômico-financeiros.

Medeiros (2012) destaca que a utilização dos índices financeiros dá aos gestores de uma organização a possibilidade de entender qual a verdadeira situação da empresa em determinado momento, em diferentes aspectos, para que, embasado nesta análise possa avaliar os resultados obtidos e até mesmo comparar esses índices com os de outras empresas do mesmo setor.

Neste sentido, utilizar as demonstrações a favor do empreendimento, além de embasar decisões, permite que a empresa seja competitiva com relação aos concorrentes, alcançando resultados ainda melhores e que, no final de determinado período consiga enxergar a situação inicial e a situação atual, sendo possível a comparação entre os exercícios para analisar o resultado obtido nos cenários em que investiu atenção, ou, em que aspectos o empreendimento ainda necessita de maior análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo apresentar a contabilidade rural e as principais demonstrações contábeis utilizadas neste ramo, demonstrando que, quando as informações contábeis são alimentadas de forma adequada em um processo administrativo capaz de geri-las, as demonstrações podem servir para análises financeiras e embasamento para tomada de decisão.

Há uma mudança de perspectiva presente neste ramo de atividade, onde, ao invés de ser tratado apenas como um setor operacional, vem ganhando reconhecimento, adotando procedimentos e sendo encarados por seus proprietários como um empreendimento em si, com oportunidades e ameaças que merecem serem analisadas.

Por fim, a atividade rural vem sendo fonte de estudo para que, este ramo da contabilidade caminhe cada vez mais alinhada com a realidade vivenciada nas propriedades, e que haja profissionais capazes de compreender essa necessidade e estar dispostos a disseminar informações e auxiliar na manutenção de rotinas administrativas capazes de incorporar as demandas contábeis para que, as demonstrações sejam efetivas e capazes de transparecer a realidade da entidade.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. 2004. Acesso em: 22 out. 2022.

BORILLI, Salete Polônia et al. **O uso da contabilidade rural como uma ferramenta gerencial: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo-PR**. Revista Ciências Empresariais da UNIPAR, Toledo, v. 6, n. 1, p. 77-95, 2005. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. CFC 774 - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - **Resolução CFC nº 774 de 16/12/1994**. Disponível em: Resolução CFC nº 774 de 16/12/1994 - Federal - LegisWeb. Acesso em 22, out. 2022.

BRASIL. CPC 26 – Comitê de Pronunciamentos Contábeis - **Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011**. Disponível em: http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/308_CPC%2026.doc. Acesso em 26/04/2022 as 23:00 hrs.

BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade. **Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro**. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC.doc. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. NPC 27 – **Norma e Pronunciamento de Contabilidade – Demonstrações Contábeis** – Apresentação e Divulgações. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>. Acesso em: 27/04/2022 as 20:00 hrs.

CALDERELLI, Antonio. **Enciclopédia Contábil e Comercial Brasileira** 29. ed. Editora CETEC, 2004.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA - **PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, 2022**. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em 19/04/2022 as 20:20 hrs.

CHAGAS, Mário Francisco *et al.* **O USO DA CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE NA ATIVIDADE RURAL**. Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática, v. 2, n. 1, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Elsevier Brasil, 2003.

CREPALDI, Silvio. A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. 3. ed. Revista atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. - 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2016.

DAL MAGRO, Cristian Bau. *et al.* **Contabilidade rural: comparativo na rentabilidade das atividades**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2011.

DALMOLIN, A.; SILVÉRIO, A. C. **Os benefícios da contabilidade rural para uma empresa agrícola de pequeno porte: um estudo caso**. Revista e-Estudante: electronic accounting and management, Pato Branco, v. 3, n. 3, 2011.

DE BARROS, Carlos Augusto Lins; MACEDO, Cleomar Teles. **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANEAMENTO DE GOIÁS SA (SANEAGO) EM 2016, 2017 E 2018**. QUALIA: a ciência em movimento, v. 4, n. 2, p. 55-74, 2018.

DO AMARAL JÚNIOR, Eugênio Pereira. **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL**. 2017.

FERRARI, E. L. **Análise de balanços: análise de demonstrações financeiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: FERRARI, E. L. *Análise de balanços: análise de demonstrações financeiras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GALHARDO, Clariana Sales; FONTÃO, Henio; DE MOURA LOPES, Eloísa. **BALANÇO PATRIOMINAL: UMA FERRAMENTA PARA A GESTÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMERCIAIS**. Disponível em: [AQUI (univap.br)]. Acesso em 22, out. 2022.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS *et al.* **Contabilidade Introdutória/ equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; coordenação Sérgio de Iudícibus**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KASSAI, Silvia. **Utilização da análise por envoltória de dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis**. São Paulo, v. 350, 2002.

LOURENÇO, Fernando José da Conceição . **Análise de Balanços**. 01. ed. Franca: Uni-FACEF, 2008. v. 500. 180p .

MARION J. C. **Análises das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. Contabilidade Empresarial, v. 6, p. 464, 2012.

MARION, Jose. Carlos. **Contabilidade rural - contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária**. 14. São Paulo: Atlas, 2014.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan *et al.* **Gestão econômica e financeira: a aplicação de indicadores.** Simpósio em Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012.

NETO, Hamilton Rego Ferreira; RIGON, Ederson Leandro Barbosa; CAVAZZANA, Airton. **CONTABILIDADE GERENCIAL: A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NAS TOMADAS DE DECISÕES DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/MANAGEMENT ACCOUNTING: THE IMPORTANCE OF MANAGEMENT ACCOUNTING IN THE DECISION-MAKING OF MICRO AND SMALL COMPANIES.** Revista Empreenda UniToledo Gestão, Tecnologia e Gastronomia, v. 4, n. 1, 2020. Acesso em 27, out. 2022.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Contabilidade de custos para não contadores.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PEREIRA, Antonio Gualberto. **Análise das demonstrações contábeis.** 2018.

RATKO, Alice Terezinha. **Contribuições da contabilidade rural para propriedade agrícola de pequeno porte.** e-CAP: Electronic Accounting and Management, v. 1, n. 1, 2009.

SANTOS, Gilberto J. – Administração de Custos na Agropecuária, 1993.

THOMAS, Jorge André *et al.* **Reorganização financeira de uma empresa rural familiar.** Revista Tecnologias de Administração e Contabilidade, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2015.

ULRICH, Elisane Roseli. **Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio.** RACI-Revista de Administração e Ciências Contábeis do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai, IDEAU, Bagé-RS, v. 4, n. 9, 2009.

VASCONCELOS, Sérgio Ricardo Mendes *et al.* **Análise da rentabilidade dos fundos de investimentos sustentáveis brasileiros no período 2010-2016.** Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 16, n. 39, p. 89-112, 2019.

VILHENA, Naiara Larissa Jordão; ANTUNES, Maria Auxiliadora. **A importância da contabilidade rural para o produtor rural.** XIII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica, v. 13, p. 1-5, 2010.

WALTER, Milton Augusto. **Introdução à análise de balanços.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

